

STJ00097777

GENIVAL VELOSO DE FRANÇA

Professor Titular de Medicina Legal da Universidade Federal da Paraíba.

Membro da Academia Nacional de Medicina Legal.

DIREITO MÉDICO

12. edição

revista, atualizada
e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

1ª edição – 1975 – Fundo Editorial Byk / 11ª edição – 2013

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F881d

França, Genival Veloso de, 1935–

Direito médico/Genival Veloso de França. – 12. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5061-3

1. Medicina legal. 2. Ética médica. 3. Medicina – Legislação.

I. Título.

982542

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Introdução – Em favor do Direito Médico	1
Capítulo 1 – A Medicina e o Direito	5
1.1. Introdução	8
1.2. O pensamento hipocrático	13
1.3. Os direitos do paciente	14
1.4. A quem pertence o prontuário?	19
1.5. Receita médica	20
1.6. O consentimento do paciente	23
1.7. A velha e a nova ética médica	25
1.8. Os direitos do periciando	28
1.9. A ética no Direito	31
1.10. Fundamentos de um Código de Ética Médica	32
1.11. A estrutura do Código de Ética Médica atual	33
1.12. As razões do Código de Ética Médica de 1988	34
1.13. A medicina do futuro e seus riscos	35
1.14. Referências bibliográficas	38
Capítulo 2 – Exercício Legal e Exercício Ilegal da Medicina	39
2.1. Introdução	47
2.2. Exercício legal da medicina	47
2.3. Conselhos de Medicina	48
2.4. Médico estrangeiro domiciliado na fronteira	49
2.5. Inscrição de médico deficiente	50
2.6. Exame de qualificação de médico recém-formado	50
2.7. Inscrição de médico estrangeiro refugiado/asilado	51
2.8. Suspensão do registro por doença incapacitante	52
2.9. Anotações de penalidades na carteira profissional do médico infrator	54
2.10. Exercício ilegal da Medicina	55
2.11. Charlatanismo	57
2.12. Curandeirismo	58
2.13. Os limites do ato médico	60
2.14. Interdição cautelar	62
2.15. Revalidação de diploma médico	64
2.16. Referências bibliográficas	67
Capítulo 3 – Liberalismo Médico	69
3.1. Introdução	70

3.2. Aspecto legal	71
3.3. Sindicalismo médico	72
3.4. Medicina-empresa	73
3.5. Especialismo médico	75
3.6. Socialização da Medicina	76
3.7. Valorização do Sistema Unificado de Saúde (SUS)	78
3.8. Medicina de fábrica	80
3.9. Medicina de grupo	80
3.10. A greve e a ética	84
3.11. Auditoria médica	86
3.12. Junta Médica	87
3.13. Direito de internar e atender	87
3.14. O Código do Consumidor e o exercício da Medicina	88
3.14.1. A responsabilidade civil do médico	89
3.14.2. O ato médico como prática abusiva	90
3.14.3. Os planos de saúde e as cláusulas abusivas	92
3.15. O médico e o Estatuto da Criança e do Adolescente	94
3.16. O médico e o meio ambiente	95
3.16.1. O direito à sanidade	96
3.16.2. O direito ao meio ambiente saudável	97
3.17. As cooperativas médicas e a dupla militância	99
3.18. <i>Managed care</i>	102
3.19. Medicina baseada em evidências	102
3.20. Os riscos da medicina preditiva	107
3.20.1. Intimidade genética	110
3.21. Saúde e liberdade	112
3.22. Segunda opinião	113
3.23. Por uma medicina política	114
3.24. Violação do direito à saúde	115
3.25. Programa Saúde da Família	116
3.26. A evolução social do médico no Brasil	119
3.27. Serviço médico obrigatório	122
3.28. Referências bibliográficas	123
Capítulo 4 – Atestados Médicos	125
4.1. Introdução	126
4.2. Aspectos ético-legais	127
4.3. Alcance e limites do atestado em relação ao laudo médico	129
4.4. Carteira de saúde de sequelados	131
4.5. O atestado médico e o segredo	133
4.6. Diagnóstico codificado	134
4.7. Laudo piedoso	135
4.8. Testes de gravidez e atestados de esterilidade na admissão ao trabalho	136
4.9. Atestado por especialista	137
4.10. Atestado para si mesmo	137
4.11. Atestado de óbito	138
4.12. Testes pré-admissionais para AIDS	141
4.13. Referências bibliográficas	142
Capítulo 5 – Segredo Médico	145
5.1. Introdução	146
5.2. Aspectos legais	147
5.3. Escolas doutrinárias	149
5.4. Os limites do sigilo	151
5.5. Quando se diz que não houve quebra do sigilo	152
5.6. Conflitos entre o médico e o segredo	152
5.7. Privacidade e sigilo em informática médica	153

5.8. Situações especiais	157
5.9. Segredo médico: obrigação quando no exercício da profissão	162
5.10. Conclusões.	163
5.11. Referências bibliográficas	163
Capítulo 6 – Honorários Médicos	165
6.1. Introdução	167
6.2. Mercantilismo	167
6.3. Critérios de avaliação do honorário.	169
6.4. Honorário médico tabelado	171
6.5. Honorário médico parcelado	172
6.6. Aspecto legal	173
6.7. Prescrição de honorários	174
6.8. Cobrança judicial.	174
6.9. Quando não cobrar	175
6.10. De quem cobrar	175
6.11. Situações especiais	176
6.12. Honorários periciais	181
6.13. Referências bibliográficas	183
Capítulo 7 – Publicidade e Publicações Médicas	185
7.1. Publicidade médica	189
7.2. Mercado da personalidade.	192
7.3. Publicações médicas	192
7.4. Informações médicas.	193
7.5. A Medicina e a Imprensa.	196
7.6. Uso de marcas e nomes comerciais.	198
7.7. Boletim médico	200
7.8. Telemedicina	201
7.8.1. A relação médico-paciente	203
7.8.2. A responsabilidade dos médicos	204
7.8.3. Responsabilidade do paciente	204
7.8.4. A qualidade da atenção e a segurança na telemedicina	204
7.8.5. História clínica do paciente	205
7.8.6. Recomendações	205
7.8.7. Conclusões	205
7.9. Critérios para material impresso (receituários, formulários, guias e outros)	206
7.10. Promoção pessoal: como fazê-la de forma ética?	207
7.11. Referências bibliográficas	208
Capítulo 8 – Tratamentos e Condutas Arbitrários.	209
8.1. Introdução	210
8.2. Aspectos ético-legais.	211
8.3. Transfusões de sangue em Testemunhas de Jeová	213
8.4. Greve de fome	215
8.5. Condutas de contenção de pacientes	219
8.6. Limites da revista corporal	220
8.7. Bancos de dados de DNA	222
8.8. Castração química	224
8.9. Referências bibliográficas	226
Capítulo 9 – Omissão de Socorro	227
9.1. Introdução	229
9.2. Aspectos legais	229
9.3. A ordem administrativa e o exercício médico.	231
9.4. A consciência do perigo	233
9.5. Plantão “a distância”	234

9.6.	Condutas na urgência e na emergência.	235
9.7.	Referências bibliográficas	238
Capítulo 10	– Responsabilidade Médica.	239
10.1.	Introdução.	243
10.2.	Conceito geral.	245
10.3.	Antecedentes.	246
10.4.	Responsabilidade profissional	247
10.5.	Deveres de conduta do médico	249
10.5.1.	Dever de informação	250
10.5.2.	Dever de atualização	252
10.5.3.	Dever de vigilância e de cuidados	253
10.5.4.	Dever de abstenção de abuso	254
10.6.	Elementos da responsabilidade.	256
10.7.	Aspectos jurídicos.	256
10.8.	Contrato de Prestação de Serviços Médicos.	257
10.9.	Resultado adverso.	258
10.10.	Erro médico	258
10.11.	Responsabilidade penal do médico.	260
10.11.1.	Imprudência médica	260
10.11.2.	Negligência médica	260
10.11.3.	Imperícia médica	267
10.11.3.1.	Negligência dos centros complementares de diagnóstico.	269
10.11.3.2.	Negligência em transfusões de sangue	270
10.12.	Prescrição penal e prescrição civil	270
10.13.	Ato médico: obrigação de meios ou de resultados?	271
10.14.	Responsabilidade civil do médico	273
10.15.	Consentimento esclarecido e responsabilidade civil	275
10.16.	Responsabilidade funcional do estudante.	279
10.17.	Responsabilidade médica derivada.	281
10.18.	Socialização do risco médico	283
10.19.	Política de prevenção de risco de erro médico	286
10.19.1.	Fatores de risco	287
10.20.	Deveres de conduta das entidades prestadoras de serviços médicos	290
10.21.	Responsabilidade civil das instituições de saúde do hospital e banco de sangue.	291
10.22.	Responsabilidade civil dos laboratórios e de diagnóstico por imagem	294
10.23.	Como proceder diante da alegação de erro médico	296
10.23.1.	Algumas advertências	297
10.23.2.	Afinal, o que se deve fazer?.	298
10.24.	Mediação, conciliação e arbitragem médica e de saúde.	299
10.25.	A perícia do erro médico.	300
10.25.1.	O nexos causal.	300
10.25.2.	As concausas	301
10.25.3.	Os aspectos circunstanciais do ato médico	301
10.25.4.	O estado anterior do paciente	302
10.25.5.	Os padrões médico-legais	302
10.26.	Responsabilidade solidária	305
10.27.	Responsabilidade do paciente ou de terceiros	309
10.28.	Responsabilidade trabalhista e residência médica	310
10.29.	Responsabilidade dos bancos de dados de DNA	310
10.30.	Alta hospitalar.	312
10.31.	Referências bibliográficas	314
11.	Cirurgia Plástica.	317
11.1.	Introdução.	318
11.2.	Aspectos éticos e jurídicos	319
11.3.	Cirurgia plástica: obrigação de meios ou de resultado?	321

11.4.	Cirurgia da transexualidade	325
11.5.	Cirurgia plástica nos Tribunais	327
11.6.	Referências bibliográficas	329
Capítulo 12 –	Direitos do Feto	331
12.1.	Introdução	333
12.2.	Aspectos civis	334
12.3.	Aspectos penais	336
12.4.	Intervenções fetais	340
12.5.	O feto e a pesquisa	353
12.6.	Meios diagnósticos invasivos	353
12.7.	Atos médicos perigosos e polêmicos	357
12.8.	Conclusões	359
12.9.	Referências bibliográficas	360
Capítulo 13 –	Reprodução Assistida	363
13.1.	Introdução	364
13.2.	Aspectos médico-legais	366
13.3.	Aspectos jurídicos	366
13.4.	Implantação ovular e a “barriga de aluguel”	368
13.5.	Normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida (Anexo único da Resolução CFM n.º 2.013/2013)	370
13.6.	Bancos de embriões humanos	373
13.7.	Aspectos negativos das técnicas de reprodução assistida	375
13.8.	A adoção de embriões congelados: uma alternativa ético-política	377
13.9.	Clonagem humana	379
13.10.	Seleção de sexo	381
13.11.	O sigilo médico e a reprodução humana assistida	382
13.12.	Conclusão	383
13.13.	Referências bibliográficas	384
Capítulo 14 –	Aborto Legal e Aborto Criminoso	385
14.1.	Introdução	386
14.2.	Aborto terapêutico	388
14.3.	Antecipação terapêutica do parto em casos de anencefalia	389
14.4.	Aborto sentimental	392
14.5.	Aborto eugênico	394
14.6.	Aborto social	395
14.7.	Aborto por motivo de honra	396
14.8.	Aborto livre	398
14.9.	Tentativas de legalização do aborto	399
14.10.	Referências bibliográficas	405
Capítulo 15 –	Esterilização Humana	407
15.1.	Introdução	410
15.2.	Esterilização por indicação social	410
15.3.	Esterilização por indicação médica	411
15.4.	Esterilização dos anormais	412
15.5.	Aspectos legais	413
15.6.	Referências bibliográficas	414
Capítulo 16 –	Medidas Antinatalistas	415
16.1.	Introdução	418
16.2.	O autocontrole das espécies	420
16.3.	A realidade brasileira	422
16.4.	Por trás do “planejamento familiar”	424
16.5.	A intervenção estrangeira	426
16.6.	A farsa de Malthus	427

16.7.	A astúcia imperialista	428
16.8.	Estrutura demográfica – um assunto político	429
16.9.	Meios antinatalistas abortivos	431
16.10.	Aspectos jurídicos	433
16.11.	Aspectos éticos	435
16.12.	Estimativas demográficas do Brasil	436
16.13.	Contracepção de urgência	437
16.14.	Conclusão	438
16.15.	Referências bibliográficas	438
Capítulo 17 –	Pesquisas em Seres Humanos	441
17.1.	Introdução	471
17.2.	Aspectos legais	472
17.3.	Direito à integridade biológica	475
17.4.	A ética e a ciência	477
17.4.1.	A tecnologia biomédica e o princípio da equidade	478
17.4.2.	Tecnologia biomédica e relação médico-paciente	479
17.4.3.	A educação médica e a tecnologia	479
17.5.	Pesquisa em indivíduos sadios	481
17.6.	Engenharia Genética	482
17.7.	Experiências com células-tronco embrionárias	484
17.8.	Experiências em condenados	486
17.9.	Castração química	487
17.10.	Torturas por meios médicos	487
17.11.	A questão do consentimento	489
17.12.	Protocolo de pesquisa	490
17.13.	O projeto Genoma Humano	491
17.14.	Referências bibliográficas	493
Capítulo 18 –	Transplantes de Órgãos e Tecidos	495
18.1.	Introdução	513
18.2.	Critérios técnicos	514
18.3.	Aspectos ético-legais	516
18.4.	Comentários à nova Lei dos Transplantes	519
18.5.	O decreto regulamentador	520
18.6.	Críticas à legislação atual dos transplantes	521
18.7.	Mercado de estruturas humanas	523
18.8.	Ventilação eletiva para doação de órgãos	523
18.9.	Doação de órgãos de anencéfalos	524
18.10.	Transplante de face	526
18.11.	Referências bibliográficas	526
Capítulo 19 –	Eutanásia	529
19.1.	Introdução	531
19.2.	Fundamentos	534
19.3.	Aspectos éticos	539
19.4.	No fim da vida: um itinerário de cuidados	541
19.5.	Testamento vital (<i>living will</i>)	542
19.6.	O paciente que vai morrer: direito à verdade	544
19.7.	Tratamento da dor crônica	547
19.8.	A alienação da dor	550
19.9.	Sacralidade e qualidade da vida	552
19.10.	Sobrevivência privilegiada	554
19.11.	Conclusões	555
19.12.	Referências bibliográficas	556
Capítulo 20 –	Legislação Acerca da Morte	559
20.1.	Introdução	566
20.2.	Conceito atual de morte	566
20.3.	Disponibilidade do cadáver	572

20.4.	Cremação de cadáveres	573
20.5.	Necropsias clínicas	574
20.6.	Necropsia médico-legal	575
20.7.	Utilização de cadáveres no ensino e na pesquisa médica	576
20.8.	Quem deve fornecer o atestado de óbito?	578
20.9.	O atestado de óbito e a ética nos desastres de massa	580
20.10.	Partes anatômicas	582
20.11.	O médico e a morte	582
20.12.	Cesárea <i>post mortem</i>	583
20.13.	Gravidez, morte encefálica e transplantes de órgãos	584
20.14.	A participação médica na pena de morte	586
20.15.	Cuidados paliativos	587
20.16.	Referências bibliográficas	589
Apêndice		591
1.	Conselhos de Medicina	593
	Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957	593
	Lei n.º 11.000, de 15 de dezembro de 2004	597
	Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958. <i>DOU</i> , de 25.07.1958	598
	Regulamento a que se refere a Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957	599
2.	Código de Ética Médica	607
3.	Código Internacional de Ética Médica e Algumas Declarações de Princípios, Resoluções e Recomendações	619
	Código Internacional de Ética Médica da AMM	619
	Declaração de Bali	620
	Declaração de Budapeste	621
	Declaração de Caracas	622
	Declaração de Cingapura – Sobre Maus-Tratos e Negligência à Criança	623
	Declaração de Estocolmo	625
	Declaração de Genebra	628
	Declaração de Hamburgo (I)	628
	Declaração de Hamburgo (II)	629
	Declaração de Havana	631
	Declaração do Hawai	632
	Declaração de Helsinque (IX)	633
	Declaração de Hong Kong (I)	637
	Declaração de Hong Kong (II)	638
	Declaração de Hong Kong (III)	639
	Declaração de Hong Kong (IV) – Sobre Maus-Tratos ao Ancião	640
	Declaração de Lisboa (I)	641
	Declaração de Lisboa (II)	642
	Declaração de Lisboa (III)	644
	Declaração de Madrid (I)	645
	Declaração de Madrid (II)	646
	Declaração de Madrid (III)	647
	Declaração de Malta (I)	648
	Declaração de Malta (II)	649
	Declaração de Manila	650
	Declaração de Marbella	656
	Declaração de Marbella (II)	657
	Declaração de Nova Delhi	659
	Declaração de Oslo	660
	Declaração de Ottawa	661
	Declaração de Ottawa (II)	664
	Declaração de Pilanesberg (I)	665

Declaração de Pilanesberg (II)	668
Declaração de Pilanesberg (III)	669
Declaração de Pilanesberg (IV)	670
Declaração de Santiago	674
Declaração de Rancho Mirage (I)	677
Declaração de Rancho Mirage (II)	677
Declaração de Rancho Mirage (III)	679
Declaração de São Paulo	679
Declaração de Sidney	680
Declaração de Somerset West (I)	681
Declaração de Somerset West (II)	683
Declaração de Tel Aviv (I)	683
Declaração de Tel Aviv (II)	685
Declaração de Tel Aviv (III)	688
Declaração de Tóquio	691
Declaração de Vancouver (I)	693
Declaração de Vancouver (II)	696
Declaração de Vancouver (III)	698
Declaração de Veneza (I)	702
Declaração de Veneza (II)	703
Declaração de Viena (I)	703
Declaração de Viena (II)	704
Declaração de Viena (III)	705
Declaração de Washington	706
Declaração de Direitos da Pessoa Mentalmente Deficiente	708
Declaração de Princípios Éticos dos Médicos do Mercosul	709
Declaração Universal dos Direitos do Homem	710
Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos	713
Recomendação de Bali	716
Recomendação de Bruxelas	717
Recomendação de Bruxelas (III)	717
Recomendação de Budapeste (I)	718
Recomendação de Budapeste (II)	719
Recomendação de Cingapura	720
Recomendação de Marbella	720
Recomendação de Munique	721
Recomendação de Rancho Mirage	722
Resolução de Estocolmo	723
Resolução de Hamburgo	723
Resolução de Nova Delhi	724
Resolução de Nova Delhi (II)	726
Resolução de Ottawa	726
Resolução de Paris	727
Resolução de Rancho Mirage	727
Resolução de Santiago	728
Resolução de Seul (I)	729
Resolução de Seul (II)	729
Resolução de Tel Aviv (I)	730
Resolução de Tel Aviv (II)	730
4. Código de Ética Odontológica	733
5. Código de Ética Farmacêutica	747
6. Código de Ética do Médico Veterinário	753
7. Código de Ética do Estudante de Medicina	765
8. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem	769

9. Código de Ética Profissional do Administrador Hospitalar	779
10. Código Internacional de Ética para os Profissionais de Saúde no Trabalho	783
Salmo para um indigente	797
Salmo para um cadáver desconhecido	798
Salmo para um deficiente	799
Bibliografia	801
Índice alfabético-remissivo	807